

Poder e Influência do açúcar: Senhores de Engenho em Ceará-Mirim oitocentista.

CÉSAR ZANDONAI BARROS CAMILO*

A seguinte pesquisa foi motivada a partir dos registros paroquiais dos livros de batismos da freguesia de Ceará-Mirim, existente desde 1837, que se encontram no Laboratório de Experimentação em História Social do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Estes registros trazem uma ampla relação de pessoas que se batizaram na citada freguesia a partir de 1837 e mostrando dentre outras informações o nome de seus respectivos padrinhos.

Foram essas informações que despertaram a necessidade de se saber que critérios levaram a escolha dessas pessoas, já que se tinha a ideia de que para ser padrinho de um recém-nascido era preciso ter condições de sustentar o tal e isso é perceptível no momento em que se observa a repetição de várias pessoas escolhidas para apadrinhar as crianças.

Utilizar-se-á também dos relatórios dos Presidentes de Província do Rio Grande do Norte, outra fonte de informação que pode ser bastante útil para este trabalho no sentido de observar não somente a importância dessas pessoas no meio, mas também de confirmar a participação das mesmas na política da Província fato que consolidaria o aspecto de prestígio social em uma escolha tão relevante.

Uma dessas pessoas é Manuel Varela do Nascimento, o Barão de Ceará-Mirim, figura expressiva da região, proprietário do Engenho São Francisco o que lhe rendeu notabilidade. Varela chegou a ser político (foi presidente da Câmara de Extremoz nos períodos entre 1829-1832 e também entre 1837-1840, foi ainda deputado provincial no biênio 1868-1869), Ganhou honras e títulos, (o de Barão após um decreto de D. Pedro II em 1874), trouxe novas tecnologias para o seu engenho ajudando a desenvolver a indústria da região, mas nunca se ausentou expressivamente da sua terra, lugar no qual era respeitado e tinha grande poder.

* UFRN Aluno bolsista vinculado ao projeto de digitalização dos registros paroquiais da Cúria Metropolitana de Natal sob a orientação da Professora Doutora Carmen Margarida Oliveira Alveal.

Um dos registros de batismos transcritos mostra o Barão como padrinho do filho do Capitão José dos Santos Caria, de cor branca, realizado em 1841 (período em que Varela já ostentava grande poder), em Natal na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, o que confirma a sua força em nível provincial, tendo em vista que ele já havia sido presidente da Câmara de Extremoz.

Outros registros mostram membros da família Raposo Câmara, proprietária do Engenho Paraíso, como padrinhos de um preto, um índio e um pardo. Com isso pode-se imaginar que a relação com pessoas comuns ocorria com alguma frequência com vistas em interesses socioeconômicos, como a utilização da servidão em suas propriedades ocasionando a manutenção e/ou crescimento destas posses e o seu consequente *status*, da mesma forma que esses filiados gozavam do apadrinhamento dos senhores. Ainda utilizando este mesmo exemplo observa-se um capitão membro da família Varela Santiago, também proprietária de engenho, apadrinhando um pardo.

O que pode fugir um pouco da área de engenhos, mas não menos importante, muito pelo contrário, consta o Brigadeiro Venceslau de Oliveira Belo, já viúvo, ex-Presidente das Província de Sergipe, Espírito Santo e Rio Grande do Norte, como padrinho de uma criança branca. Isso mostra que o relacionamento social de pessoas da alta camada era bastante intenso e sempre com pessoas de diferentes níveis sociais.

Outro ponto bastante interessante a ser observado é que até meados de 1840 o padre Fidelis de Paiva Moreira, que fazia a maioria dos batismos na freguesia, não os fazia quando se tratava de gente com *status* social elevado como é o caso do branco filho do Capitão João José de Melo, batizado pelo Reverendo Vigário Gregório Luís da Vargem¹. Além disso, as cerimônias de batismo que contiam padrinhos abastados, boa parte das vezes ocorriam na Igreja Matriz, enquanto que o da maioria das pessoas comuns acontecia no “Oratório da Pellada”².

¹ Infelizmente não foram encontradas informações adicionais sobre o Reverendo.

² No período aqui estudado, havia em Ceará-Mirim uma fazenda chamada Serra Pellada. Acredita-se que o citado oratório se localizava no interior desta propriedade.

No período proposto a indústria açucareira movia a economia das mais variadas regiões do Brasil. Na verdade desde a colônia os engenhos e sua grande produção de açúcar, comandado por grandes senhores, lideraram a economia através do comércio do produto. Como consequência esses senhores exerciam uma influência muito grande na política local o que acabava por intervir diretamente na vida social da comunidade e que como já colocado acima, levava as pessoas ao desejo de ter alguém importante lhe apadrinhando.

Como mostra o escritor local Júlio Gomes de Senna, a era dos engenhos e das usinas surge antes mesmo de Ceará-Mirim existir como município, de acordo com o autor:

A indústria açucareira nasceu antes de 1843, quando a sede do Município ainda era Extremoz, a tirar pela instalação nesse ano por Antônio Bento Viana no Engenho “Carnaubal”, da primeira moenda de ferro Horizontal. Depois veio a indústria de aguardente, a princípio em alambique de barro e logo mais substituído por destilarias de cobre. Ainda na base açucareira, existe uma pequena fábrica de doce de banana e balas na cidade. (SENNA, 1974, p. 154 e 155)

Ceará-Mirim emancipou-se e passou a ser município somente em 1858 e conseqüentemente seus engenhos passaram a moldar a economia local e a construir uma indústria açucareira própria com os senhores influenciando também nos aspectos políticos daquela sociedade.

Pode-se dizer que o início da História de Ceará-Mirim confunde-se com a construção dessa indústria. É verdade que as unidades com especialidade na produção de outros artigos foram importantes e tiveram seu respectivo espaço, como por exemplo, as que produziam aguardente e farinha de mandioca.³ Mas a indústria de maior importância é a do açúcar que ainda produzia vários derivados como a rapadura e o melado.

A indústria açucareira de Ceará-Mirim que chegou a ser uma das mais fortes do Rio Grande do Norte começou relativamente tarde, se tomado por referência dois engenhos de destaque, o “Ferreiro Torto” em Macaíba e o “Cunhaú” em Canguaretama que exportavam sua produção já no século XVII. Somente no Império do Brasil surgiram os primeiros engenhos em Ceará-Mirim, ainda uma freguesia pertencente à Extremoz.

³ Senna elenca as principais produções.

Outra obra sobre a história de Ceará-Mirim editada pelo SEBRAE com o apoio da UFRN, intitulada – Ceará-Mirim, tradição, engenho e arte – além de endossar a fala de Júlio Gomes de Senna, acrescenta que no período – entre 1894 e 1920 – a produção açucareira da localidade tomou impulso e se manteve em alta. Nessa mesma época, no qual a indústria de Ceará-Mirim chegou a ser responsável por 60% da produção de todo o Rio Grande do Norte, as autoridades políticas desenvolveram parceria com Pernambuco para aperfeiçoar a produção do município e assim instalar a primeira Usina Central. Esta ação comprova a indústria açucareira não como algo passageiro, mas que teve papel importante no desenvolvimento de uma região que sobrevivia muito devido ao açúcar, confirmando assim sua alta relevância. Se os engenhos eram símbolo de prestígio, consequentemente ser um senhor de engenho era sinônimo de poder e prestígio social:

Com mando absoluto sobre toda a casa e sobre todo o feudo o senhor do engenho a ele a terra conferiu títulos nobilísticos e o caráter de dono da propriedade, dos escravos e das vidas. A ele, o poder, o respeito e a justiça. (RODRIGUES, Francisco de Assis. Casa Grande in Ceará-Mirim, tradição, engenho e arte, p. 31. 2005).

Dentro dessa pesquisa é necessário passar pela análise de como a questão familiar influenciou na manutenção desse prestígio social e de que benefícios isso trouxe para essas famílias.

Os senhores de engenho exerciam grande poder naquele período. Para manter essa força, respeito e influência era necessária a participação da família. Para se ter o tão falado prestígio social era necessário também mostrar uma vida regrada com ética, moral e bons costumes principalmente familiares. Era também condição fundamental a quantidade de bens, não para definir o prestígio, mas para mantê-lo com o passar das gerações. Sheila de Castro Faria retrata bem isso em uma de suas obras afirmando o seguinte:

Levando em conta que inventários eram feitos para os que tinham bens a deixar, e que sua análise se refere, portanto, aos relativamente mais ricos, a relação entre casamento (e casamento legal) e riqueza é evidente. (FARIA, 1998, p. 155)

Faria mostra ainda que certa família possuía grande prestígio no centro sul da Colônia há várias gerações. Ao longo do texto a autora relata a história dessa família e que mesmo em decadência financeira não perdeu o prestígio social por ter tradição e principalmente respaldo pelos bens já conquistados, pelos diversos títulos sociais, que os caracterizavam, além de manter bom relacionamento com os ricos comerciantes por meio de vários serviços e transações.

Partindo dessas colocações surgem questões, do tipo, o Barão de Ceará-Mirim era de família abastada? Se não, como chegou a tão alta posição? Seu casamento com Bernarda Varela, de que maneira ocorreu? Que outras pessoas influentes da época contribuíram para que Ceará-Mirim chegasse ao posto de maior produtor em nível provincial? Já que haviam mais engenhos no local, provavelmente outras pessoas exerciam forte influência na sociedade. Um dos pontos desta investigação visa analisar se as famílias das mais altas camadas sociais de Ceará-Mirim se mesclavam por meio do matrimônio para dessa forma manter seus bens, sua posição e conseqüentemente seu *status* junto à sociedade, o que permitiria a eles continuar a exercer influências em todos os aspectos já citados.

O matrimônio passa a ser um instrumento também de alta relevância na manutenção do prestígio e da riqueza. É certo que os filhos homens tinham o papel de manter o *status*, mas as filhas também entravam no “negócio” a partir do momento em que se casavam com homens de outras famílias ricas e de prestígio para assim juntar bens e manter a posição social.

Nestas regiões em que produção, família e prestígio social se interligam, é fundamental a presença da família como baluarte, e se “exigia”, como já relatado por Sheila de Castro Faria, o casamento legal, oficializado, mesmo que esta família fosse constituída somente pelo casal.

Uma prática comum que começou na colônia e durou um bom tempo, inclusive com possibilidades de ter sido herdado pelo período analisado diz respeito à relação dos senhores de engenho com a política e outros cargos altos como comandantes militares e juizes de

direito. Vários membros da alta sociedade se elegiam e utilizavam-se dos seus cargos para através do estado conceder terras as famílias mais abastadas inclusive as suas. Muito desses repasses se davam através de lotes urbanos, já que as pessoas de mais posses mantinham residências também na cidade. A Câmara, na época, era o local para os que ocupavam a governança, por isso o interesse das camadas mais altas em estar ali presente. Mesmo se tratando sobre a Capitania do Maranhão, Antonia da Silva Mota coloca trechos que analisam a conjuntura de toda a colônia e que se bem estudado pode ser encaixado neste trabalho como referências as características das famílias influentes no poder.

Historiadores que estudam as sociedades do antigo regime constataam que o Senado da Câmara era um espaço de poder na América Portuguesa, portanto ocupado pelas famílias principais. Por este conselho passavam decisões estratégicas para os proprietários [...] (MOTTA, 2012, p. 91)

Algo muito interessante e que está diretamente relacionado ao poder dos senhores de engenho é levantado por Maria Beatriz Nizza da Silva em sua obra História da Família no Brasil Colonial. Sempre se escreve sobre a estrutura dos engenhos, quantos escravos haviam neles, a relação dos senhores com comerciantes e pouco se relata sobre o patrimônio dos proprietários de engenhos. Pode-se supor que se o lucro com a indústria do açúcar era muito grande, que esses senhores, como já foi colocado aqui, tinham todo um sistema de manutenção da sua posição social, não é nada absurdo pensar no repasse de propriedades “desconhecidas” como mais uma forma de estar sempre no topo.

Silva relata também que após a análise de inventários, chegou-se à conclusão que um senhor possuía três engenhos, colocando filhos legítimos e algumas vezes até ilegítimos, como seus herdeiros. Isso pode indicar que sempre, de uma forma ou de outra, a indústria e consequentemente, bens e *status* continuava nas mãos de poucos.

Essa influencia das famílias açucareiras não só de Ceará-Mirim, resultava cada vez mais no seu enriquecimento. Grande parte dos senhores que entravam na política e utilizavam seus

cargos para influenciar diretamente no poder administrativo, se mantinham ricos das formas que vimos aqui, mantendo seus bens e conseqüentemente seu prestígio.

Foi comentado aqui sobre o Barão de Ceará-Mirim, homem respeitado, que teve a chance de chegar ao posto mais alto do Rio Grande do Norte, o de Presidente de Província, mas preferiu declinar da possibilidade, achou melhor ficar na sua terra. Como está escrito na obra “Ceará-Mirim, tradição, engenho e arte” o açúcar será responsável durante muito tempo pelo sustento do povo de Ceará-Mirim.

As pessoas residentes no antigo povoado não recebiam assistência do poder público, cujas funções iam sendo supridas pela ação dos proprietários de terras do vale. Eram eles que empregavam os trabalhadores no cultivo da cana ou na moagem, que permitiam o corte da madeira nas matas da sua propriedade e doavam o “chão da casa” para que as pessoas levantassem suas casas. Assim, metade da atual cidade está assentada em terras doadas por proprietários de engenhos. Por essa razão, compreende-se que a influência dos senhores de engenhos tenha sido duradoura, deixando um testemunho na própria estrutura da parte antiga da cidade que chegou até nossos dias [...] (ARRAIS, Raimundo. MARINHO, Inalda de Araújo Bezerra. Açúcar e poder em Ceara in Ceará-Mirim, tradição, engenho e arte, p. 79. 2005).

Esse estudo tem a princípio como alvo, analisar o caminho percorrido por esse grupo para conquistar e manter a influencia junto aos populares e de que forma a sociedade vai se comportar diante de todo esse sistema existente. Parte da bibliografia utilizada refere-se ao período colonial, por conter muita semelhança com o que é trabalhado no tempo aqui pesquisado.

De acordo com a última citação, a relação entre camadas sociais diferentes é considerada “interessante” para os dois lados, tanto para os senhores, como para os “servidores”, que tinham nos poderosos, chance de possuir algo não concedido pelo poder público. Mas em que condições a população vivia, se estavam a mercê dos tais senhores, por conta dos seus mimos, ou até mesmo havia ciência do que ocorria. São esses os desafios que vão nortear este trabalho.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Raimundo. MARINHO, Inalda de Araújo Bezerra. Açúcar e poder em Ceara in Ceará-Mirim, tradição, engenho e arte, p. 79. 2005.

FARIA, Sheila de Castro. A Colônia em movimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MOTA, Antonia da Silva. As famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial. São Luís: EDUFMA, 2012.

RODRIGUES, Francisco de Assis. Casa Grande in Ceará-Mirim, tradição, engenho e arte, p. 31. 2005.

SENNA, Júlio Gomes de. Ceará-Mirim: exemplo nacional (1938-1972) volume II. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. História da Família no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.